



O papel crucial do cidadão e a educação na preservação do patrimônio público foram temas abordados por Cláudia Conceição Garcia, da UnB; Virginia Casado, da Unesco; e Andrey Rosenthal Schlee, do Iphan



Painel "Por que é preciso preservar o tombamento de Brasília?" contou com especialistas da Unesco, UnB e Iphan

Fotos: Meritino Junior/CPA-Press

Tombamento não é estagnação

» DARCIANNE DIOGO
» ARTHUR DE SOUZA
» PABLO GIOVANNI

Mais do que o papel que envolve autoridades e entidades, preservar Brasília como patrimônio cultural é dever de toda a sociedade. A participação do cidadão em conversas sobre o assunto foi alvo de debate na segunda edição do *Entre os Eixos do DF*, encontro realizado pelo **Correio Braziliense** que teve como tema central “Quem ama preserva” e colocou em pauta o futuro arquitetônico da capital da República.

O diretor de Patrimônio Material do instituto, Andrey Rosenthal Schlee, discursou no primeiro painel, que trouxe como tema central o seguinte questionamento: “Por que é preciso preservar o tombamento de Brasília?”. Em sua fala, o especialista defendeu uma integração em conjunto para que seja defendida a área de tombamento de Brasília. Projetada pelo urbanista Lucio Costa e pelo arquiteto Oscar Niemeyer, Brasília é detentora da maior área tombada do mundo.

“A gente não pode exigir do tombamento aquilo que é obrigação de toda cidade. Toda cidade tem que ter calçada de qualidade, espaços acessíveis para todas as cidades, lugares públicos cuidados, museus e teatros abertos e funcionando, entre outros. Isso é o que todo cidadão deve exigir de todas as cidades, incluindo a sua capital”, pontuou.

O diretor do Iphan detalhou que, mesmo que seja de responsabilidade do Iphan em conceder permissões para usos de áreas de Brasília, o tombamento não engessou a cidade. “Em nenhum momento o tombamento impediu Brasília de progredir, de melhorar, de se construir edifícios novos — inclusive edifícios novos de gostos duvidosos. É necessário preservar Brasília e o tombamento também. Como se preserva ele? É identificando aqueles valores que justificaram o tombamento”, disse.

Schlee enfatizou que pautas como essas precisam ser debatidas com a sociedade. “Não há sentido em falar de preservação de um todo sem considerar a população. É para ela que a gente preserva (o espaço). Se a população não questionar, não discutir e não conhecer, ela não vai preservar. Sem ela, a engrenagem não faz sentido”, destacou. “Estou recebendo mensagens de moradores das superquadras apoiando ou questionando (o que foi dito no debate). Ou seja,



A gente preserva aquilo que a gente conhece e gosta. (...)Não existe essa política de valorização por aqui

Cláudia Conceição Garcia,
professora de arquitetura da UnB

existe uma consciência da população de Brasília e, particularmente do Plano (Piloto), pela importância da cidade”, completou.

Inovação

Pensar em métodos que assegurem os direitos culturais da capital da República é um dos objetivos traçados pelos órgãos governamentais e instituições apoiadores da defesa do patrimônio tombado. Virginia Casado, oficial de projetos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) falou sobre o papel da Unesco no fortalecimento de políticas públicas e na ampliação delas. “Este momento é sensível, de reconstrução de políticas. Acharmos que essas oportunidades de articulação entre as instâncias do Legislativo, Judiciário e sociedade, por exemplo, é fundamental para darmos continuidade aos trabalhos e programas que vêm sendo construídos”, frisa.

Casado destacou a importância de se atentar aos novos referenciais para garantir a preservação do tombamento de Brasília. “Temos de pensar em inclusão, inovação, na necessidade de fortalecer nova agenda urbana, além de outros elementos que possam assegurar os direitos culturais e sair um pouco da caixa. Estamos falando da importância de assumir compromissos com essa lista e pensar em uma articulação mais efetiva e mais ampla”, pontuou.

Questionada se as áreas tombadas estão sendo preservadas



A gente não pode exigir do tombamento aquilo que é obrigação de toda cidade

Andrey Rosenthal Schlee
diretor de Material do Instituto Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

como deviam, a especialista avaliava a situação como complexa. Para ela, é notório o esforço governamental e das entidades na garantia de ações voltadas para assegurar a preservação, mas há um desafio, principalmente no que se refere ao desconhecimento das pessoas nos equipamentos culturais.

Educação

Segundo defendeu a



Temos de pensar em inclusão, inovação, na necessidade de fortalecer a nova agenda urbana

Virginia Casado, oficial de Projetos do Setor de Cultura na Representação da Unesco no Brasil

professora do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) Cláudia Conceição Garcia, preservar um patrimônio histórico vai além da questão estrutural. A fala ocorreu durante o primeiro painel e elencou ações primordiais para que esse papel seja bem sucedido. “É preciso começar a educação patrimonial nas escolas, ainda nos primeiros anos de formação. A gente só aprende a amar as coisas quando elas são construídas

e solidificadas na infância”, destacou. “A gente preserva aquilo que a gente conhece e gosta. Muitas escolas levam as crianças para conhecerem as nossas cidades originárias. Não existe essa política de valorização por aqui, pelo menos eu quase não vejo isso”, lamentou.

De acordo com a especialista, preservar é conhecer os conceitos que originaram a cidade enquanto proposta urbanística. “Quando a gente pensa nos elementos constituintes da formação urbanística de Brasília, como os edifícios residenciais sobre pilotis e a rodoviária ao centro, entendemos que ela celebra o cidadão como princípio fundamental da cidade”, explicou. “Por isso, o princípio de preservação nasce, fundamentalmente, do entendimento do que vem a ser a constituição da nossa cidade”, complementou a professora.

Em sua fala no evento, a arquiteta trouxe à tona o debate sobre o preconceito local com a área central. Na avaliação da especialista, muitos moradores do DF têm preconceito com o Plano Piloto, ou seja, com o conjunto urbanístico tombado. “Esse preconceito existe porque, de fato, as pessoas que moram nele têm um poder aquisitivo maior. Mas, quando a gente conhece a essência do que foi proposto por Lucio Costa, compreendemos que o valor patrimonial que se estende para a humanidade vai muito além”, esclareceu.

Segundo Cláudia Garcia, isso não ocorre da noite para o dia. “É

Nosso patrimônio

» Brasília foi considerada patrimônio da humanidade pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em dezembro de 1987. Pouco tempo antes de completar 28 anos, a jovem capital do Brasil já figurava ao lado de cidades como Paris, Veneza, Cairo e Jerusalém, também declaradas patrimônio mundial. O caso de Brasília foi inédito, porque todas as outras já tinham centenas de anos de existência.

» O status de patrimônio da humanidade permitiu às autoridades brasileiras pleitear verbas junto ao Fundo do Patrimônio Mundial da Unesco, visando à preservação da cidade. Ao todo, nos âmbitos federal e distrital, foram tombados 112,25 km² de área, sendo o único conjunto urbanístico-arquitetônico contemporâneo que mereceu tal reverência.

Iphan

» Já o Instituto de do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) inscreveu o conjunto urbanístico-arquitetônico de Brasília, construído a partir do Plano Piloto, no Livro de Tombo Histórico em 1990. O instituto destaca que a principal característica do acervo da cidade é a monumentalidade, determinada por suas quatro escalas: monumental, residencial, bucólica e gregária; e por sua arquitetura inovadora.

um projeto de longo prazo, que precisa ser construído para que a gente consiga oferecer à população brasileira a compreensão dos detalhes que compõem os projetos de constituição da cidade. Se isso não ocorrer, a gente vai ver, daqui um tempo, a destruição do nosso patrimônio”, alertou a painelistas. Para completar, a professora destacou que a área tombada pela Unesco é o sítio urbano com maior extensão para se preservar. “É uma cidade viva, as pessoas moram e trabalham aqui. Então, é muito complexo entender como agir e o que temos que preservar. As pessoas não entendem o que significa o tombamento. Por isso, o princípio de tudo é entender esse significado”, concluiu.